

Versão Online ISBN 978-85-8015-094-0  
Cadernos PDE

VOLUME II

**OS DESAFIOS DA ESCOLA PÚBLICA PARANAENSE  
NA PERSPECTIVA DO PROFESSOR PDE  
Produções Didático-Pedagógicas**

**2016**

## PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL - PDE

Ficha de Identificação – Produção Didático – Pedagógica Professor PDE/2016	
Título: A VULNERABILIDADE SOCIAL DA ESCOLA PÚBLICA E A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES DO 6º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
<b>Autor</b>	Maristela Elisabete Cosmo Benatto
<b>Disciplina/ Área</b>	Pedagogia
<b>Escola de implementação do projeto</b>	Colégio Estadual Augusto Vanin
<b>Município da escola</b>	Campo Largo
<b>Núcleo Regional de Educação</b>	Área Metropolitana Sul
<b>Professor Orientador</b>	Maria Silvia Bacila Winkeler
<b>Instituição de Ensino Superior</b>	Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR
<b>Resumo</b>	<p>O cotidiano escolar evidencia comportamentos incoerentes e contraditórios, distanciados das atitudes consideradas corretas, tais como o desinteresse pelos conteúdos, a falta de respeito com os professores, o elevado índice de evasão escolar e os comportamentos de risco, envolvendo uso de álcool e drogas. Por outro lado, observa-se que os professores e a direção escolar realizam poucas ações que busquem solucionar os problemas de falta de interesse e dificuldade de uma aprendizagem efetiva. Tal fato evidencia a necessidade de elaboração de um planejamento de atividades que contribuam para a aproximação dos alunos com o meio escolar, resgatando seu interesse pela aprendizagem e, em paralelo, realizando ações para capacitação dos professores e elaboração de novas formas de atuação. Diante do exposto, propõe-se uma revisão de literatura sobre os principais agravantes relacionados à vulnerabilidade social, a formação docente e as estratégias de ação frente a essa realidade.</p>
<b>Palavras-chave</b>	Escola; Formação docente; Vulnerabilidade Social.
<b>Formato do Material Didático</b>	Caderno Temático
<b>Público alvo</b>	Professores do 6º ano do Ensino Fundamental

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ  
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL – PDE**

**MARISTELA ELISABETE COSMO BENATTO**

**A VULNERABILIDADE SOCIAL DA ESCOLA PÚBLICA E A FORMAÇÃO  
DOS PROFESSORES DO 6º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL**

**PRODUÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA**

**CURITIBA**

2016

**MARISTELA ELISABETE COSMO BENATTO**

**A VULNERABILIDADE SOCIAL DA ESCOLA PÚBLICA E A FORMAÇÃO  
DOS PROFESSORES DO 6º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL**

Produção Didático-Pedagógica apresentada ao Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE, da Secretaria de Estado da Educação do Paraná – SEED, sob a orientação da Professora Doutora Maria Silvia Bacila Winkeler – Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus Curitiba.  
Disciplina: Pedagogia.

**IES:** UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ  
**ORIENTADORA:** Professora Doutora Maria Silvia Bacila Winkeler  
**ÁREA:** Pedagogia

**CURITIBA**

2016

**A VULNERABILIDADE SOCIAL DA ESCOLA PÚBLICA E A FORMAÇÃO DOS  
PROFESSORES DO 6º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL**



Fonte: [https://cdn.pixabay.com/photo/2016/11/21/08/22/boys-1844435\\_960\\_720.png](https://cdn.pixabay.com/photo/2016/11/21/08/22/boys-1844435_960_720.png)

**Professora Doutora Maria Silvia Bacila Winkeler – Orientadora UTFPR**

## **APRESENTAÇÃO**

A escola é um espaço social em que estão inseridos diversos profissionais, advindos de diferentes linhas de formação e que, conseqüentemente, adotam diferentes metodologias de ensino em sala de aula. O mesmo é verificado em relação aos alunos, os quais vivem em diferentes realidades, culturas e apresentam especificidades que lhe são inerentes. Dessa forma, é essencial que haja respeito pelo processo de aprendizagem de cada aluno.

Outra questão fundamental a ser considerada no ambiente escolar refere-se à vulnerabilidade social. Para Adorno (2001), essa expressão sintetiza a ideia de uma maior exposição e sensibilidade de um indivíduo ou de um grupo aos problemas enfrentados na sociedade e reflete uma nova maneira de olhar e de entender os comportamentos de pessoas e grupos específicos e sua relação e dificuldades de acesso a serviços sociais como saúde, escola e justiça.

Há fatores e ações que podem ser realizadas pela equipe escolar e que contribuem para a minimização de situações relacionadas ao baixo desempenho na escola. Além de pensar em ações contemplando o corpo docente, direção e estudantes, faz-se necessário ampliar o fortalecimento entre a escola e a família do aluno, a qual é fundamental quando o assunto é prevenção, educação e valores.

Reconhecendo a existência da vulnerabilidade social nas escolas, e seus efeitos na formação dos estudantes; bem como a importância da formação docente para atuar frente a essa realidade e do envolvimento da família e da comunidade, esta Proposta de Intervenção Pedagógica será efetivada por meio da realização de atividades com os professores, no Colégio Estadual Augusto Vanin, a fim de possibilitar uma melhor compreensão acerca do assunto e definir estratégias de atuação diante deste problema.

Como proposta organizativa, este Caderno Pedagógico encontra-se dividido em cinco Unidades: 1. Vulnerabilidade Social; 2. Vulnerabilidade Social na escola; 3. O papel da escola no enfrentamento das vulnerabilidades sociais; 4. O papel da família e da comunidade na formação dos estudantes em situação de vulnerabilidade; e 5. A formação docente para atuação em situações de vulnerabilidade social. Os encontros presenciais totalizarão 36 horas.

Pretende-se compreender os principais agravantes relacionados à vulnerabilidade social dos estudantes e desenvolver estratégias de ação em âmbito escolar. De forma mais específica, buscar-se-á compreender o contexto histórico e social destes estudantes, identificar práticas pedagógicas que propiciem a aprendizagem, reconhecer ações pedagógicas que fortaleçam as relações entre família e escola, e a importância da capacitação dos educadores para atuarem frente a essa realidade.

A escolha deste tema é decorrente de sua importância, bem como da realidade existente na escola escolhida para desenvolver este trabalho, a qual apresenta um número expressivo de crianças e adolescentes oriundos de comunidades vulneráveis. Muitas, no decorrer de sua vida escolar apresentam algum tipo de dificuldade ou distúrbios de aprendizagem, cabendo à escola propor soluções para tentar amenizar tais situações.

## **UNIDADE 01 – VULNERABILIDADE SOCIAL**

### **Objetivos**

- Compreender o que é vulnerabilidade Social;
- Compreender o Índice de vulnerabilidade social;
- Identificar a expressão da vulnerabilidade social nas famílias;
- Conhecer as consequências da vulnerabilidade social na vida de crianças e adolescentes.

### **Metodologia**

- Leitura de textos de revisão de literatura sobre a temática em questão;
- Debate sobre os temas abordados nos textos;
- Leitura de textos complementares e discussão sobre o assunto;
- Vídeos para reflexão sobre o tema e estímulo ao debate;
- Resolução de atividades escritas para fixação do conteúdo.



## VULNERABILIDADE SOCIAL

### Marco conceitual e o Índice de Vulnerabilidade Social



FONTE:  
<http://www.angelacatlin.com/gallery/haiti/large/haiti1.jpg>

Até a década de 1990 predominou na literatura a análise das vulnerabilidades sociais sob a perspectiva econômica, considerando que este fator levaria à diminuição de oportunidades e consequentemente à redução das chances de acesso a bens e serviços (SEMZEZEM; ALVES, 2013).

Um importante marco na América Latina para a mudança de paradigmas relacionados ao conceito são os estudos de Moser. A autora (1998) ressalta que pobreza e vulnerabilidade não são sinônimos. Enquanto a primeira é um conceito estático, a segunda é dinâmica. A vulnerabilidade estaria associada à insegurança e sensibilidade no bem-estar das pessoas diante de um ambiente de mudanças, incluindo sua capacidade de resposta e resistência aos riscos. Moser enfatiza a importância dos ativos das famílias, os quais exercem influência sobre a vulnerabilidade, como o trabalho, o capital social, o capital humano, a moradia e as relações familiares.

Segundo Brasil (2012), a vulnerabilidade está relacionada à capacidade de contenção das forças que afetam o bem-estar da pessoa, família ou comunidade, ou seja, ao controle de ativos, incluindo recursos físicos, como moradia, bens duráveis e poupança; humanos, como trabalho, saúde e educação; e sociais, como redes de contatos e acesso à informação. Para avaliar a condição de vulnerabilidade há que se considerar, portanto, a entrada e permanência do indivíduo no mercado de trabalho, a fragilidade de suas interações sociais e o nível de qualidade e acessibilidade aos serviços públicos.

Algumas características da vulnerabilidade referem-se ao fato de não ser o mesmo que pobreza, porém esta última é um agravante para famílias em situação de vulnerabilidade; de ser instável, de modo que as famílias podem permanecer ou

sair dela; de ser um fenômeno multifacetado, não se expressando de forma igual em todos os casos; e de poderem se tornar uma situação de risco (BRASIL, 2012).

A fim de possibilitar a identificação do grau de vulnerabilidade social, foi desenvolvido no Brasil o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS), a partir dos Indicadores do Atlas do Desenvolvimento Humano (ADH). Este índice é útil para que o governo formule políticas públicas de enfrentamento das carências e vulnerabilidades, compatíveis com as necessidades da população (IPEA, 2015).

Este índice considera como vulnerabilidade social a ausência ou insuficiência de três conjuntos de ativos, quais sejam: “infraestrutura urbana” “capital humano” e “renda e trabalho”. No âmbito da infraestrutura urbana analisa-se o acesso da população ao saneamento básico e à mobilidade urbana. O capital humano é avaliado com base em dois aspectos: a saúde e a educação, analisando os indicadores de mortalidade infantil, a presença de crianças e jovens fora da escola, a existência de mães precoces com baixa escolaridade e filhos menores, a ocorrência de baixa escolaridade entre os adultos, e a presença de jovens que não trabalham nem estudam no domicílio. Por fim, a dimensão renda e trabalho é analisada com base na insuficiência de renda, na desocupação dos adultos, na ocupação informal de adultos pouco escolarizados, na dependência com relação à renda de pessoas idosas e no trabalho infantil (IPEA, 2015).

No ano 2000, o Brasil apresentava IVS de 0,446, classificado como alta vulnerabilidade social. Em 2010, houve sua diminuição para 0,326, ou seja, médio IVS. A dimensão que apresentou maior redução neste período é a de Renda e Trabalho, passando de 0,485 para 0,320. Verificou-se, portanto, redução do emprego informal, do trabalho infantil e aumento das taxas de emprego. A dimensão capital humano teve melhoria de 28%, passando de muito alta para média; e a infraestrutura urbana apresentou redução de 16%, passando de média vulnerabilidade para baixa (IPEA, 2015).

Na dimensão capital humano, os indicadores referentes à educação sofreram significativas melhorias. Em relação ao percentual de crianças de 0 a 5 anos que não frequentam a escola, houve redução de 76,21% para 56,85 %, em 2000 e 2010, respectivamente. Sobre o percentual de pessoas de 6 a 14 anos que não frequentam a escola, houve redução de 6,89% para 3,31%. O percentual de mães chefes de família, sem ensino fundamental completo e com pelo menos um filho menor de 15 anos de idade, no total de mães chefes de família, houve aumento

de 14,66% para 17,23%. A taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade diminuiu de 13,63% para 9,61%. O percentual de crianças que vivem em domicílios em que nenhum dos moradores tem o ensino fundamental completo diminuiu de 49,86% para 30,39% (IPEA, 2015). Observou-se, portanto, redução na maioria dos indicadores, o que revela que as políticas públicas desenvolvidas no sentido de reduzir as vulnerabilidades têm surtido efeito.

Foram observadas disparidades entre as regiões brasileiras, uma vez que as situações de baixa vulnerabilidade se concentravam em municípios do Sul e Sudeste, e os de muito alta vulnerabilidade no Norte e no Nordeste (IPEA, 2015).

Ainda em relação à educação, o Censo Demográfico de 2010 revelou um aumento na frequência à escola ou creche de crianças de até 5 anos, atingindo 23,5% para crianças de 0 a 3 anos; e 80,1%, de 4 a 5 anos. Em 2010, aproximadamente 97% das crianças e adolescentes entre 6 e 14 anos frequentavam a escola, sendo que 966 mil não frequentavam; já no grupo de jovens de 15 a 17 anos, o percentual de indivíduos que não estavam estudando foi de 16,7%. Em se tratando do nível de instrução, analisou-se a faixa etária de 25 anos ou mais, os quais já tinham idade suficiente para ter cursado uma graduação. Constatou-se que 49,3% não tinham instrução ou não tinham concluído o ensino fundamental, sendo que 11 % tinham curso superior de graduação completo (IBGE, 2010).

## PARA ASSISTIR:



Fonte:  
[https://cdn.pixabay.com/photo/2015/03/05/09/59/camera-660090\\_960\\_720.jpg](https://cdn.pixabay.com/photo/2015/03/05/09/59/camera-660090_960_720.jpg)

Assista ao vídeo do link abaixo para informações complementares sobre a vulnerabilidade social no Brasil:

<https://youtu.be/2beQXvojqtY>

## ATIVIDADES

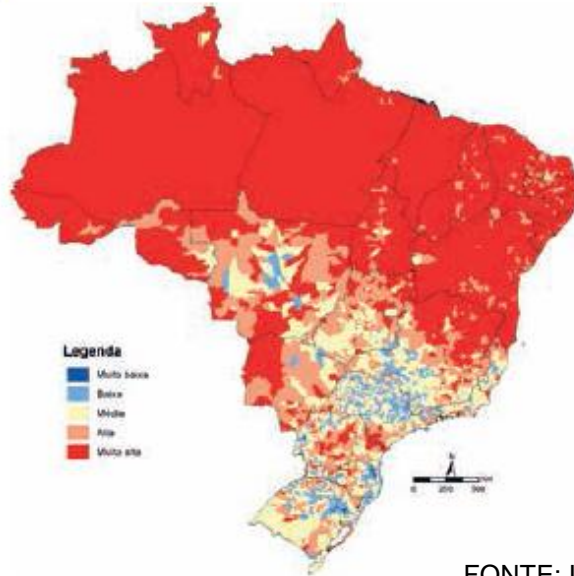


Fonte:  
[https://cdn.pixabay.com/photo/2013/07/12/18/19/idea-153255\\_960\\_720.png](https://cdn.pixabay.com/photo/2013/07/12/18/19/idea-153255_960_720.png)

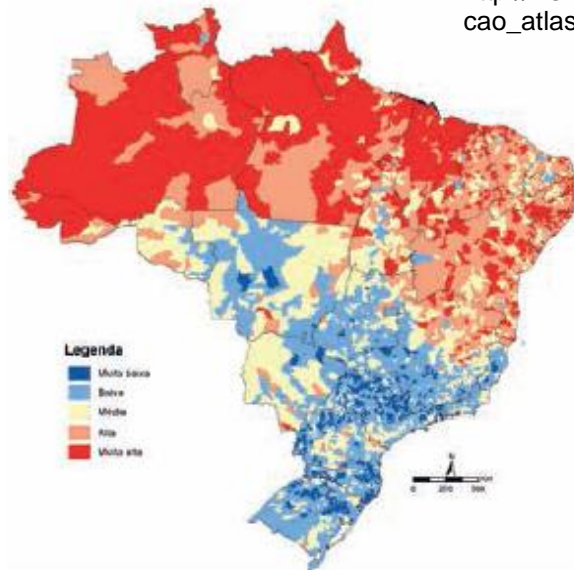
Observe as imagens abaixo e reflita e discuta em grupo:

1. Como as vulnerabilidades sociais têm afetado o seu município?
2. Como o seu município evoluiu em relação à redução das vulnerabilidades entre 2000 e 2010?
3. Por que há tanta disparidade entre os municípios brasileiros?

IVS (2000)



IVS (2010)



FONTE: IPEA (2015)  
[http://ivs.ipea.gov.br/ivs/data/cao\\_atlas\\_ivs.pdf](http://ivs.ipea.gov.br/ivs/data/cao_atlas_ivs.pdf)

## A vulnerabilidade social nas famílias



Fonte:  
[https://cdn.pixabay.com/photo/2015/01/13/12/33/hands-598145\\_960\\_720.jpg](https://cdn.pixabay.com/photo/2015/01/13/12/33/hands-598145_960_720.jpg)

Entende-se por família um conjunto de pessoas ligadas pelo vínculo da consanguinidade, descendentes de um tronco comum, incluindo o casal e seus filhos legítimos, legitimados ou adotivos (OLIVEIRA, 2012).

A vulnerabilidade das famílias no Brasil é marcante na história e continua presente na atualidade. A fim de solucionar este problema, diversas políticas públicas têm sido propostas (STACCIARINI, 2013).

Na Constituição Federal de 1988, o artigo 226 traz que a família é a base da sociedade e tem especial proteção do Estado. Entretanto, o Estado não consegue promover a igualdade de direitos promulgada no artigo 5º da carta magna, pois na prática o acesso aos direitos fundamentais das famílias em vulnerabilidade social não obedece à igualdade referida na constituição (STACCIARINI, 2013).

No Brasil os elevados índices de desigualdade social decorrem de profundas transformações da política econômica nacional, impactando na vida econômica, social e cultural da população. O reflexo dessa estrutura acentua as desigualdades sociais e de renda das famílias e afeta suas condições de sobrevivência, assim as famílias vivenciam a diminuição de suas expectativas relacionadas à superação do estado de pobreza e reforça sua submissão aos serviços públicos disponíveis (STACCIARINI, 2013).

A vulnerabilidade não representa uma sequência de acontecimentos lineares e sim interativos, repetitivos, onde permite que as consequências sejam alternadas, tanto para o fortalecimento quanto para o enfraquecimento, dependendo da maneira que a família enfrentar a situação (PETTENGILL; ANGELO, 2005).

Algumas situações podem ser estressantes para as crianças e adolescentes, como por exemplo, mudanças de composição familiar e transição escolar, provocando consequências ao bem-estar social e psicológico, as quais são conhecidas como eventos estressores ou negativos (POLETTTO; KOLLER; DELL'AGLIO, 2009). Estes são definidos como acontecimentos da vida que modificam o ambiente e geram tensão que repercute nas atitudes do indivíduo (MASTEN; GARMEZY, 1985 apud POLETTTO; KOLLER; DELL'AGLIO, 2009). Um evento negativo de vida é um fator de risco quando aumenta a probabilidade de provocar problemas físicos, emocionais ou sociais, comprometendo o desenvolvimento da criança e do adolescente (POLETTTO; KOLLER; DELL'AGLIO, 2009).

Os fatores de risco são considerados processos ativos nos contextos culturais, histórico e características pessoais. A pobreza, o empobrecimento, a baixa escolaridade, a ocupação de baixo status dos pais e a ausência de uma rede de apoio são consideradas situações negativas e quando somadas a ausência de esperança, agravam a vulnerabilidade.

Para as crianças e os adolescentes desenvolverem sua criatividade e espontaneidade, é preciso proteção e amor, assim quando os pais compreendem esta função que ao mesmo tempo é controle, regulação social e segurança, possibilitam aos filhos construir autonomia e assumir responsabilidades na vida. Caso contrário, as crianças e os adolescentes encontram dificuldades nos processos de socialização na escola e comunidade.

## PARA ASSISTIR:



Fonte:  
[https://cdn.pixabay.com/photo/2015/03/05/09/59/camera-660090\\_960\\_720.jpg](https://cdn.pixabay.com/photo/2015/03/05/09/59/camera-660090_960_720.jpg)

Assista ao vídeo do link abaixo para informações complementares sobre crianças e adolescentes em situação de risco:

<https://youtu.be/kGSh8ZqLxzk>

## ATIVIDADES



Fonte:  
[https://cdn.pixabay.com/photo/2013/07/12/18/19/idea-153255\\_960\\_720.png](https://cdn.pixabay.com/photo/2013/07/12/18/19/idea-153255_960_720.png)

Antes de resolver as atividades propostas, leia o artigo “Eventos estressores em crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social de Porto Alegre”, escrito por Michele Poletto, Sílvia Helena Koller e Débora Dalbosco Dell'Aglio.

(<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/29387/000748442.pdf?sequence=1>)

Esta pesquisa investigou a ocorrência e o impacto de eventos estressores em crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social em Porto Alegre.

Com base nesse artigo:

- *Descreva os principais eventos estressores observados na sua escola e sugira uma solução.*

Conforme observado nesta Unidade, a vulnerabilidade social está associada não apenas às condições econômicas do indivíduo, de sua família e da comunidade, mas também a suas relações sociais e humanas. Tais fatores exercem grande influência no desempenho escolar de crianças e adolescentes, comprometendo seu desenvolvimento e, conseqüentemente, tornando-as ainda mais vulneráveis. Uma vez conceituada a vulnerabilidade social, compreendidas suas características e seu

reflexo nas famílias, na próxima Unidade, abordar-se-á de forma específica as vulnerabilidades sociais em âmbito escolar.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, F. C. R. **Capacitação solidária: um olhar sobre os jovens e sua vulnerabilidade social**. São Paulo: Associação de Apoio ao Programa Capacitação Solidária - AAPCS, 2001.

BRASIL. **Orientações Técnicas sobre o PAIF**. 1.ed. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2012. Disponível em: < [http://agendaprimeirainfancia.org.br/arquivos/Orientacoes\\_PAIF\\_1.pdf](http://agendaprimeirainfancia.org.br/arquivos/Orientacoes_PAIF_1.pdf)>. Acesso em: 01 out. 2016.

IBGE. **Censo Demográfico 2010: Educação e Deslocamento Resultados da amostra**. Brasil: IBGE, 2010. Disponível em: < <http://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7545>>. Acesso em: 20 nov. 2016.

IPEA. **Atlas da vulnerabilidade social nos municípios brasileiros**. Brasília: IPEA, 2015. Disponível em: < [http://ivs.ipea.gov.br/ivs/data/rawData/publicacao\\_atlas\\_ivs.pdf](http://ivs.ipea.gov.br/ivs/data/rawData/publicacao_atlas_ivs.pdf)>. Acesso em: 02 out.2016.

MOSER, C.O.N. The Asset Vulnerability Framework: Reassessing Urban Poverty Reduction Strategies. **World Development**, v.26, n.1, p. 1-19, 1998. Disponível em: <[aprender.ead.unb.br/.../1998\\_Moser\\_The%20asset%20vulnerability%20framework%20Reassessing%20](http://aprender.ead.unb.br/.../1998_Moser_The%20asset%20vulnerability%20framework%20Reassessing%20)>. Acesso em: 02 out.2016.

PETTENGILL, M.A.M.; ANGELO, M. Vulnerabilidade da família: desenvolvimento do conceito. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, 2005. Disponível em:<<http://www.repositorio.unifesp.br/bitstream/handle/11600/2814/S0104-11692005000600010.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso 16 out.2016.

POLETTI, M.; KOLLER, S. H.; DELL'AGLIO, D. D. Eventos estressores em crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social de Porto Alegre. **Ciência & saúde coletiva**. Rio de Janeiro. v. 14, n. 2, p. 455-466., 2009. Disponível em:<<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/29387/000748442.pdf?sequence=1>>. Acesso: 25 out.2016.

SEMZESEM, P.; ALVES, J.M. Vulnerabilidade social, abordagem territorial e proteção na política de assistência social. **Serv. Soc. Rev.**, Londrina, v. 16, n.1, p. 143-166, 2013. Disponível em: < <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/16115/14627>>. Acesso em: 20 out. 2016.

STACCIARINI, I. C. Características das famílias em vulnerabilidade social no Brasil e em Brasília: desmembrando o cenário da pobreza e extrema pobreza. **Comunicação & Mercado/UNIGRAN - Dourados - MS**, vol. 02, n. 05, p. 07-19, 2013. Disponível em:< <http://www.unigran.br/mercado/paginas/arquivos/edicoes/5/1.pdf>> Acesso em: 02 out.2016.



## **UNIDADE 02 – VULNERABILIDADE SOCIAL NA ESCOLA**

### **Objetivos**

- Conhecer a realidade da vulnerabilidade social na escola;
- Compreender as modalidades de vulnerabilidade social;
- Compreender os impactos da vulnerabilidade social na formação discente.

### **Metodologia**

- Leitura de textos de revisão de literatura sobre a temática em questão;
- Vídeo para reflexão sobre o tema e estímulo ao debate;
- Resolução de atividades escritas para fixação do conteúdo.

# VULNERABILIDADE SOCIAL NA ESCOLA

## A realidade de vulnerabilidade Social na escola



Fonte:  
[https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/1/1e/Saladeaula\\_itapevi.jpg](https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/1/1e/Saladeaula_itapevi.jpg)

A preocupação com a infância e a adolescência surgiu na década de 80 e no final dos anos de 1990 foi criado no Brasil o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

A vulnerabilidade social é preocupação de diferentes áreas, desde a saúde a movimentos sociais e identificar grupos em situações de risco exige considerar diversos aspectos e variáveis, dentre elas variáveis sociais, culturais e psicológicas. A identificação de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade escolar possibilita a construção de estratégias para lidar com essa situação de conflito (RAMIREZ; CRUZ, 2009).

O processo de aprendizagem da criança inicia antes de ela ir para a escola, por isso é importante um ambiente onde a aprendizagem seja favorecida, onde os adultos incentivem as crianças a estudarem. No entanto, em comunidades vulneráveis são poucas as famílias que têm a possibilidade de dispor de materiais educativos, tempo e atenção para as crianças (SILVA; RAPOPORT, 2015). A grande extensão das jornadas de trabalho reduziu o tempo de que os pais dispõem para os filhos. Porém, mais do que suprir suas necessidades fisiológicas, as crianças necessitam de afeto e atenção. Desta forma, na ausência de tempo, as crianças tem seu amadurecimento prejudicado (SUKIENNIK, 1996 apud CASARIN; RAMOS, 2007). Além disso, apresentam dificuldades em seu aprendizado, como consequência da precarização das relações familiares (CASARIN; RAMOS, 2007).

As vivências dessas crianças e adolescentes afetam de alguma forma sua vida na escola, pois a falta de recursos materiais mínimos para sobrevivência, muitas vezes estimulam a inserção precoce no mundo do trabalho; existindo a exploração do trabalho infantil e um alto índice de reprovação e evasão escolar. Como consequência, eles acabam não tendo perspectivas profissionais e um projeto para o futuro (SILVA; RAPOPORT, 2015).

As crianças e os adolescentes que vivem as consequências negativas das desigualdades sociais se encontram em situação de vulnerabilidade social e um dos principais questionamentos nessa situação é como as escolas podem contribuir para que sejam minimizadas as sequelas desse sofrimento (PEREIRA; 2013).

Sendo assim, é necessário compreender a vulnerabilidade, pois esta aborda várias modalidades de desvantagem social, especialmente a fragilização dos vínculos afetivos, de pertencimento social ou relacionados a algum tipo de violência (PEREIRA; ENI, 2013) e também é importante verificar o impacto das condições de vida no processo educativo (GONTIJO; MARQUES; ALVES, 2012).

De acordo com o IBGE 2010, 97,6% das crianças e adolescentes na faixa etária de 7 a 14 anos estavam matriculados na escola (IBGE, 2010), no entanto apesar dessa ampliação no número de estudantes comparado a anos anteriores, existem muitas dificuldades relacionadas a educação escolar, dentre elas a permanência e conclusão do ensino (GONTIJO; MARQUES; ALVES, 2012).

## PARA ASSISTIR:



Fonte:  
[https://cdn.pixabay.com/photo/2015/03/05/09/59/camera-660090\\_960\\_720.jpg](https://cdn.pixabay.com/photo/2015/03/05/09/59/camera-660090_960_720.jpg)

Assistir ao Documentário disponibilizado no link abaixo:

<http://tvescola.mec.gov.br/tve/video/revista-a-escola-em-contextos-de-vulnerabilidade-social>

O documentário enfatiza o fato de que as condições de vulnerabilidade social têm impacto no acesso e especialmente na permanência dos alunos na escola, mas, não significam a incapacidade de aprendizado.

Com base no documentário responda:

1. Quem são os agentes transformadores na educação escolar?
2. Quais são as ações, os projetos e os programas de enfrentamento da vulnerabilidade social?
3. Qual é o diagnóstico de vulnerabilidade social na sua escola?

## ATIVIDADES



Fonte:  
[https://cdn.pixabay.com/photo/2013/07/12/18/19/idea-153255\\_960\\_720.png](https://cdn.pixabay.com/photo/2013/07/12/18/19/idea-153255_960_720.png)

Constatou-se, nesta Unidade, que a vulnerabilidade social impacta em diversas esferas da vida das crianças e adolescentes, afetando não apenas o seu desempenho escolar, mas também seu desenvolvimento no período que antecede seu ingresso na escola. A falta de afeto, atenção e de recursos dificultam seu amadurecimento e isso repercutirá nos resultados obtidos pela criança. Se a condição de vulnerabilidade persiste após o ingresso da criança em uma instituição de ensino, outras consequências serão observadas, como o baixo desempenho, a dificuldade em se relacionar, a falta de tempo para dedicar-se aos estudos, as complicações psicológicas e a evasão escolar. Desta forma, é fundamental que a influência da vulnerabilidade social na escola seja reconhecida pela equipe pedagógica, e que esta interfira nessa condição. Neste sentido, na próxima Unidade, será abordado o papel da escola no enfrentamento das vulnerabilidades.

## REFERÊNCIAS

CASARIN, N.E.F.; RAMOS, M.B.J. Família e aprendizagem escolar. **Rev. Psicopedagogia**, v.24, n.74, 182-201, 2007.

GONTIJO, D. T.; MARQUES, E.; ALVES, H. C. “Hoje na escola a gente está falando em vulnerabilidade”: contribuições da terapia ocupacional no processo de formação continuada de professores/“These days, in school, we are talking about vulnerability”: contributions of occupational therapy for the con. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, v. 20, n. 2, 2012. Disponível em:<<http://www.cadernosdeto.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/628/383>>. Acesso em: 01 nov.2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 21 abr. 2010.

PEREIRA, S. E. F. N. Crianças e adolescentes em contexto de vulnerabilidade social: Articulação de redes em situação de abandono ou afastamento do convívio familiar. 2013. Disponível em:<<http://www.aconchegodf.org.br:7080/novosvinculos/biblioteca/artigos/artigo01.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2016.

RAMIREZ, D.C.; CRUZ, R.M. Conflito escolar: vulnerabilidade e desenvolvimento de habilidades sociais. **Revista Electrónica de Investigación y Docencia (REID)**, n. 2, p. 79-95, 2009. Disponível em:<<http://www.ujaen.es/revista/reid/revista/n2/REID2art5.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2016.

SILVA, S. B.; RAPOPORT, A. Desempenho escolar de crianças em situação de vulnerabilidade social. *Revista Educação em Rede: Formação e Prática Docente*, v.4, n.6, p. 1-26, 2015. Disponível em: <<http://ojs.cesuca.edu.br/index.php/educacaoemrede/index>>. Acesso em: 10 out. 2016.

## **UNIDADE 03 - O PAPEL DA ESCOLA NO ENFRENTAMENTO DAS VULNERABILIDADES SOCIAIS**

### **Objetivos**

- Definir o papel da escola no enfrentamento das vulnerabilidades sociais;
- Identificar os principais desafios da escola perante a vulnerabilidade social;
- Discutir os aspectos a serem melhorados na cultura organizacional da escola;
- Discutir o que a escola pode fazer para garantir que todos possam aprender com qualidade;
- Descobrir como nossas experiências contribuem para melhorarmos o ambiente escolar;

### **Metodologia**

- Leitura de textos de revisão de literatura sobre a temática em questão;
- Debate sobre os temas abordados nos textos;
- Vídeo para reflexão sobre o tema e estímulo ao debate;

# O PAPEL DA ESCOLA NO ENFRENTAMENTO DAS VULNERABILIDADES SOCIAIS

## O papel da escola e seus desafios



Fonte:  
<https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/f/fa/EscolaPrimaria.JPG>

A escola exerce grande influência no desenvolvimento das crianças e adolescentes, pois é o local onde convivem diariamente, construindo uma relação de cidadãos e o sentimento de pertencer a um grupo social, dessa forma a escola é a mediadora entre eles e a sociedade (PEREIRA, 2013).

A escola juntamente com a família desempenha um papel importante na construção da identidade e na inserção futura da criança e do adolescente na sociedade (RAMIREZ; CRUZ, 2009), onde permitem a humanização, a educação e a construção da autonomia, dessa maneira tanto a criança quanto o adolescente acabam tendo outras referências além dos pais e familiares (PEREIRA, 2013).

O papel da escola não é apenas transmitir informações, mas também formar cidadãos conscientes e fornecer subsídios aos alunos para enfrentarem melhor a vida, promovendo assim um ambiente e práticas que facilitem a aprendizagem, a criatividade e a socialização através de uma conduta ética (PEREIRA, 2013).

Sendo assim a escola dispõe de uma autoridade perante a criança e o adolescente em continuação a autoridade dos pais, sendo legítima, com normas, regulamentos e proibições (PEREIRA, 2013). Além disso, é o cenário que propõe reflexões sobre a relação de vulnerabilidade e o envolvimento escolar, com ênfase em estratégias para a gestão desses conflitos (RAMIREZ; CRUZ, 2009).

Nas escolas onde existe o diálogo entre alunos e gestão, existe o estímulo à comunicação, que interfere positivamente no aprendizado e no amadurecimento desses alunos enquanto cidadãos (RAMIREZ; CRUZ, 2009).

A escola pode cumprir seu papel também na reelaboração crítica e reflexiva da cultura dominante, sendo iniciada a busca pela formação do “eu” desses jovens, possibilitando aos alunos compreenderem os processos aos quais estão expostos e motivando-os a procurar por transformações (LOPES et al., 2011).

No entanto, a escola enfrenta um grande problema não apenas em relação ao acesso ao sistema de ensino, mas também na aprendizagem efetiva e na

permanência do aluno (RAMIREZ; CRUZ, 2009). Desta forma, mesmo que os alunos estejam matriculados, alguns problemas podem persistir, como as dificuldades de aprendizado, o elevado índice de faltas e a evasão escolar.

Relacionado à aprendizagem e ao baixo desempenho escolar, verifica-se que tanto as crianças quanto os adolescentes estão enfrentando dificuldades, sendo comum apresentarem certas características externalizantes tais como, hiperatividade e impulsividade. Assim, é de extrema necessidade a inserção de modalidades de intervenção preventiva, com contextos das condições de vida e desenvolvimento da população sobre a vulnerabilidade na fase escolar (FERREIRA; MARTURANO, 2002).

A organização da gestão escolar deve ser baseada a partir da centralidade do processo de ensino-aprendizagem, sendo essencial a participação dos professores com o seu conhecimento e sua vivência na sala de aula, dessa forma são criadas estratégias para a manutenção do clima escolar para o desenvolvimento das ações pedagógicas com sucesso (UNESCO, 2008).

### PARA ASSISTIR:



Fonte:  
[https://cdn.pixabay.com/photo/2015/03/05/09/59/camera-660090\\_960\\_720.jpg](https://cdn.pixabay.com/photo/2015/03/05/09/59/camera-660090_960_720.jpg)

Assistir ao Documentário Debate - A escola em contextos de vulnerabilidade social disponibilizado no link abaixo:  
<http://tvescola.mec.gov.br/tve/video/debate-a-escola-em-contextos-de-vulnerabilidade-social>

Em seguida dividir-se em dois grupos, onde o:

- Grupo 1 irá identificar quais os desafios da escola perante a vulnerabilidade social.
- Grupo 2 irá trazer soluções para a problemática.

### ATIVIDADES



Fonte:  
[https://cdn.pixabay.com/photo/2013/07/12/18/19/idea-153255\\_960\\_720.png](https://cdn.pixabay.com/photo/2013/07/12/18/19/idea-153255_960_720.png)

Antes de resolver as atividades propostas, leia o artigo “A escola e as perspectivas educacionais de jovens em situação de risco”, escrito por Deise Matos do Amparo; Afonso; Celso Tanus Galvão; Carmen Cardenas e Sílvia Helena Koller .  
[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-85572008000100006](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572008000100006)

Com base no artigo responda:

1. Como a escola é vista pelos alunos?
2. Qual o perfil da população estudada?
3. Cite 2 dados da pesquisa que lhe chamou a atenção.



## ATIVIDADES



Fonte:  
[https://cdn.pixabay.com/photo/2013/07/12/18/19/idea-153255\\_960\\_720.png](https://cdn.pixabay.com/photo/2013/07/12/18/19/idea-153255_960_720.png)

- Dividir a turma em grupos, onde cada grupo deve conversar sobre as experiências na escola de cada um.
- Escolher uma experiência para retratar em forma de teatro.
- Tempo para realização desta atividade em cada grupo: 30 minutos.

Observou-se nesta Unidade que não compete à escola apenas a transmissão de informações, mas sim a formação de cidadãos, promovendo seu aprendizado, sua socialização e desenvolvendo valores éticos e morais. Na presença de vulnerabilidades sociais, é importante que o diálogo seja estabelecido, a fim de reconhecer os fatores que estão prejudicando o desempenho escolar e intervir. O aluno não deve ser considerado de forma isolada, mas sim dentro do contexto em que está inserido. O enfrentamento das dificuldades deve envolver toda a equipe pedagógica, incluindo a família do estudante. Uma vez analisada a função da escola frente a situações de vulnerabilidade, na próxima Unidade abordar-se-á o papel da família neste contexto.

## REFERÊNCIAS

FERREIRA, Marlene de Cássia Trivellato; MARTURANO, Edna Maria. Ambiente familiar e os problemas de comportamento apresentados por crianças com baixo desempenho escolar. **Psicologia: Reflexão e crítica**, v. 15, n. 1, p. 35-44, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/prc/v15n1/a05v15n1>>. Acesso em: 25 out.2016.

LOPES, Roseli Esquerdo et al. Oficinas de atividades com jovens da escola pública: tecnologias sociais entre educação e terapia ocupacional. *Interface (Botucatu)* [online]. 2011, vol.15, n.36, pp.277-288. ISSN 1807-5762. Disponível em:<<http://www.scielo.org/pdf/icse/v15n36/a21v1536.pdf>>. Acesso em: 28/10/2016.

PEREIRA, S. ; ENI, F. N. Crianças e adolescentes em contexto de vulnerabilidade social: Articulação de redes em situação de abandono ou afastamento do convívio familiar. 2013. Disponível em:<<http://www.aconchegodf.org.br:7080/novosvinculos/biblioteca/artigos/artigo01.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2016.

RAMIREZ, Darío Cunha; CRUZ, Roberto Moraes. Conflito escolar: vulnerabilidade e desenvolvimento de habilidades sociais. **Revista Electrónica de Investigación y Docencia (REID)**, n. 2, p. 79-95, 2009. Disponível em:<<http://docplayer.com.br/7827852-Conflito-escolar-vulnerabilidade-e-desenvolvimento-de-habilidades-sociais.html>> Acesso em: 19 out.2016

GATTI, B. (org). **Construindo caminhos para o sucesso escolar / organizado por Bernardete Gatti**. Brasília : UNESCO, Inep/ MEC, Consed, Undime, 164p. 2008. Disponível em:<<http://www.todospelaeducacao.org.br/arquivos/biblioteca/5f39e687-f819-4c66-84ba-f743ff2b7e83.pdf#page=44>>. Acesso em: 01 nov.2016

## **UNIDADE 04 – O PAPEL DA FAMÍLIA E DA COMUNIDADE NA FORMAÇÃO DOS ESTUDANTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE**

### **Objetivos**

- Compreender a educação como direito de crianças e adolescentes;
- Definir o papel da família na educação dos filhos;
- Definir o papel da comunidade na formação dos estudantes em situação de vulnerabilidade;
- Compreender a relação entre a família e a escola na formação dos estudantes em situação de vulnerabilidade social.

### **Metodologia**

- Vídeo inicial para reflexão sobre o tema da evasão escolar e vulnerabilidades e estímulo ao debate;
- Leitura de textos de revisão de literatura sobre a temática em questão;
- Debate sobre os temas abordados nos textos;
- Vídeo sobre a relação entre família e escola e reflexão em grupo;
- Leitura de textos complementares e discussão sobre o assunto.

# O PAPEL DA FAMÍLIA E DA COMUNIDADE NA FORMAÇÃO DOS ESTUDANTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE



Fonte:  
[https://cdn.pixabay.com/photo/2015/03/05/09/59/camera-660090\\_960\\_720.jpg](https://cdn.pixabay.com/photo/2015/03/05/09/59/camera-660090_960_720.jpg)

Antes de iniciar esta Unidade, assista ao Documentário disponibilizado no link abaixo:

<https://www.youtube.com/watch?v=8dOmv-1QiU>

Em seguida, façam uma reflexão em grupo com base nos seguintes questionamentos:

1. Quais as semelhanças e diferenças entre os relatos do vídeo e a realidade na sua escola?
2. Quais as principais situações de vulnerabilidade enfrentadas na escola em que você atua?
3. Quais as estratégias empregadas para promover a participação da família na escola?

## A educação como direito de crianças e adolescentes



FONTE:  
[https://cdn.pixabay.com/photo/2015/09/05/23/24/school-926213\\_960\\_720.jpg](https://cdn.pixabay.com/photo/2015/09/05/23/24/school-926213_960_720.jpg)

A Constituição Federal do Brasil assegura e seu artigo 6º a educação como um dos direitos sociais. Posteriormente, em seu artigo 205, determina que a educação é dever do Estado e da família, devendo ser estimulada com a colaboração da sociedade, para que o indivíduo tenha desenvolvimento pleno, exerça a cidadania e seja qualificado para o trabalho (BRASIL, 1988).

A Carta Magna estabeleceu ainda a obrigatoriedade da oferta da educação básica e gratuita dos 4 aos 17 anos de idade, devendo ser esta oferecida também àqueles que não tiveram acesso a ela nesta faixa etária (BRASIL, 1988). Posteriormente, em 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente reafirmou em seu artigo 53 o direito das crianças e adolescentes à educação, sendo dever da família, da comunidade, da sociedade e do poder público assegurá-lo. Todos devem ter

igualdade de condições para acesso e permanência na escola, bem como acesso à escola pública e gratuita próxima a sua residência (BRASIL, 1990).

Em 1996 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Lei 9394/96) estabeleceu a educação como os processos formativos que são desenvolvidos em âmbito familiar, na convivência, no trabalho, em instituições de ensino, em movimentos sociais e manifestações culturais. A educação escolar foi dividida em básica, composta pela educação infantil, ensino fundamental e médio; e superior, envolvendo graduação, pós-graduação e extensão (BRASIL, 1996).

Em 2014, a Lei 13.005 estabeleceu o Plano Nacional de Educação (PNE), a qual propôs metas e estratégias para a educação, entre elas a universalização da educação infantil na pré-escola até 2016; a ampliação da oferta da educação infantil em creches; a universalização do ensino fundamental, promovendo a busca ativa das crianças e adolescentes que estão fora da escola; a universalização da educação para os indivíduos com idade entre 15 e 17 anos, implementando políticas de prevenção à evasão escolar; entre outras (BRASIL, 2014).

Em que pese a Legislação Brasileira assegure a educação como direito social fundamental, ainda são altas as taxas de evasão escolar e da falta de acesso à educação. Dessa forma, é fundamental que se estimule a participação das famílias e da comunidade na escola, bem como que a formação dos docentes seja orientada para estimular que as crianças e adolescentes permaneçam na escola, mesmo nos casos marcados por altas taxas de vulnerabilidade social.

### **A participação da família e da comunidade na escola**



FONTE:  
[https://cdn.pixabay.com/photo/2013/01/30/15/26/family-76781\\_960\\_720.jpg](https://cdn.pixabay.com/photo/2013/01/30/15/26/family-76781_960_720.jpg)

A Constituição Federal Brasileira de 1988 determina, em seu artigo 226, que a família constitui a base da sociedade, tendo proteção do Estado. E logo na sequência estabelece como dever da família, da sociedade e do Estado assegurar o direito de crianças, adolescentes e jovens à educação (BRASIL, 1988). A convivência com a família e o relacionamento é fundamental para o desenvolvimento do indivíduo (REIS, 2010).

Por muito tempo houve a delegação das funções da educação da família para a escola. Neste processo, criou-se uma culpabilização entre escola e família

para definir o responsável pelo baixo desempenho de alguns alunos (CASTRO; REGATIERI, 2010). Tal fato é negativo para todos, uma vez que mina a relação existente, suprimindo o desenvolvimento de estratégias e ações conjuntas para superar as dificuldades existentes.

O meio familiar exerce grande influência sobre a personalidade da criança, podendo afetar sua vida social e seu desenvolvimento. A participação da família na escola é de grande valia, pois ambas convergem para a formação da criança. Nessa relação compete à família incentivar o filho a ter um bom comportamento como estudante e cidadão, ao passo que à escola cabe dialogar com os pais sobre os resultados esperados de cada aluno, promovendo momentos para que essa integração seja possível. É necessário conhecer as características da escola e da família para que se estabeleça essa conexão. O aluno chega à instituição de ensino com os valores de sua família, com suas dificuldades, suas vontades e se adapta aos valores da escola, interagindo em um ambiente diverso. Trata-se de uma situação complexo para todos (REIS, 2010).

A família exerce a função de educação primária, formando a criança com base em valores, costumes e estimulando comportamentos corretos. Enquanto a escola transmite o saber sistematizado, a compilação dos conhecimentos existentes. Em conjunto, ambas formam o indivíduo para a vida em sociedade (OLIVEIRA; MARINHO-ARAÚJO, 2010).

Para Castro e Regattieri (2009), a relação família-escola envolve perspectivas de curto, médio e longo prazos. Inicialmente deve haver o conhecimento recíproco; em seguida, é determinada a negociação das responsabilidades específicas; por fim, são criados espaços de corresponsabilidade, os quais permitem a participação de todos os atores que possam colaborar na educação dos estudantes.

Ao longo do tempo, houve a transferência da criança da periferia para o centro da família e do sistema de ensino. Este movimento se deu devido à evolução da Legislação, com alguns marcos importantes, como a Carta Internacional dos Direitos da Criança, de 1987, que reconheceu a criança como sujeito de direitos e seu acesso à dignidade da pessoa. As relações entre pais e filhos e entre professores e alunos passou a ser mais horizontal, reduzindo o autoritarismo presente até então (CASTRO; REGATIERI, 2009).

A LDB estabeleceu em seu artigo 12 que os estabelecimentos de ensino devem se integrar com as famílias e a comunidade, promovendo a interação entre a comunidade e a escola. Em seu artigo 13, a Lei determina como função dos docentes articularem a escola com as famílias e a comunidade; e em seu artigo 14 estabelece a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares (BRASIL, 1996).

Embora família e escola tenham um objetivo em comum, que é a formação de um mesmo sujeito, às vezes se verifica um distanciamento. Assim, quando o aluno aprende, tem um bom rendimento e um bom comportamento, ambos se sentem corresponsáveis pelo êxito obtido. Porém, na presença de indisciplina ou baixo desempenho escolar, tem início a culpabilização e a divisão de responsabilidades, quando o que deveria ser feito é a análise dos problemas existentes e a busca por soluções (CASTRO; REGATTIERI, 2009).

Os educadores são responsáveis pelo ensino e pela emissão de certificações escolares, ao passo que os familiares são motivados pela defesa da criança. Além disso, a família tem sido incentivada a se relacionar com os profissionais da educação como cidadãos, participando em conselhos escolares, em conselhos do FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação), entre outros, exercendo o controle social. Para definir as funções, é fundamental identificar os papéis de cada um. O ensino compete principalmente à escola, porém quando os docentes passam lições de casa, essa função é dividida com a família. Neste processo é essencial que a escola identifique não apenas as dificuldades do aluno, mas também as condições e limitações da família, uma vez que esta, por vezes tem longas jornadas de trabalho e pouco tempo disponível para acompanhar os filhos em suas atividades escolares. Não deve ser exigido das famílias mais vulneráveis aquilo que elas não poderão fornecer (CASTRO; REGATTIERI, 2009).

Castro e Regattieri (2009) identificaram quatro formas de interação entre família e escola:

- A educação das famílias, criando um espaço de reflexão sobre a importância da escola e da família para os alunos, conscientizando os familiares sobre as suas funções e apresentando suas propostas.

- A abertura da escola para participação familiar, proporcionando a participação das famílias na gestão da escola, e o envolvimento voluntário em atividades da instituição de ensino;
- A interação com a família para melhorar indicadores educacionais, diminuindo taxas de abandono e repetência, reduzindo a indisciplina e conscientizando os familiares da importância da sua participação para o sucesso do aluno;
- A inclusão do aluno em seu contexto, assegurando a ele uma educação de qualidade, livre de discriminação e negligência e envolvendo a família no processo educativo.

Como estratégias em cada um desses enfoques, são sugeridos: a convocação das famílias para reuniões, palestras, festas e encontros temáticos; a valorização dos familiares participantes dos conselhos escolares e em atividades para arrecadação de recursos, e a cessão do espaço da escola para atividades promovidas pela comunidade; a realização de reuniões incluindo pais, docentes e gestores com enfoque no aprendizado dos estudantes, o debate sobre direitos e deveres dos responsáveis em relação à educação dos filhos, o reconhecimento das condições da família e a articulação com o conselho tutelar para solucionar casos de evasão; a ação da rede de proteção social para ajudar nos problemas familiares dos alunos, a aproximação da família, por meio de visitas e entrevistas, e a revisão das práticas pedagógicas conforme as necessidades dos alunos (CASTRO; REGATTIERI, 2009).

Os casos de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social requerem atenção especial. Estes indivíduos vivem as consequências das desigualdades sociais, da exclusão, da ausência de vínculos afetivos, da brusca transição da infância para a vida adulta, do difícil acesso à educação, trabalho, saúde, lazer, alimentação e cultura, da exploração do trabalho infantil, da falta de recursos, das altas taxas de evasão escolar e da inserção no mundo das drogas (ABRAMOVAY et al 2002 apud PEREIRA, 2016).

Os profissionais que atendem estas crianças e adolescentes devem prestar atenção aos preconceitos gerados em ambiente escolar. Nos casos de afastamento do convívio familiar ou abandono, deve se propiciar a eles novas formas de interação com a família, a família substituta e a escola. Compete às instituições de ensino vincular-se à família e estimular os docentes para que sejam promotores da



integração do estudante em situação de acolhimento no meio escolar, fortalecendo suas relações sociais e impedindo o preconceito (PEREIRA, 2016).

## PARA ASSISTIR:



Fonte:  
<https://pixabay.com/pt/demonstra%C3%A7%C3%A3o-projetor-767982/>

Assista aos vídeos dos links abaixo para informações complementares sobre a interação família e escola:

<https://www.youtube.com/watch?v=aesEDZ95VdQ>

<https://www.youtube.com/watch?v=OIQPJRHoX3A&t=22s>

Em seguida, discuta em grupo quais as suas percepções acerca desta interação e como tem ocorrido a participação das famílias na escola em que você trabalha.

## ATIVIDADES



Fonte:  
[https://cdn.pixabay.com/photo/2013/07/12/18/19/idea-153255\\_960\\_720.png](https://cdn.pixabay.com/photo/2013/07/12/18/19/idea-153255_960_720.png)

Leituras complementares:

CASTRO, J.M.; REGATTIERI, M. (Org.). Interação escola-família: subsídios para práticas escolares. Brasília: UNESCO, MEC, 2009. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/maio-2010-pdf/4807-escola-familia-final>>.

PEREIRA, S.E.F.N. Crianças e adolescentes em contexto de vulnerabilidade social: Articulação de redes em situação de abandono ou afastamento do convívio familiar. Disponível em: < [www.aconchegodf.org.br/biblioteca/artigos/artigo01.pdf](http://www.aconchegodf.org.br/biblioteca/artigos/artigo01.pdf)>.

Atividades:

-Quais as situações de vulnerabilidade enfrentadas em sua escola? Como elas têm sido enfrentadas?

-Quais as estratégias desenvolvidas em sua escola para aproximá-la das famílias e da comunidade? Quais os resultados obtidos?

-Diante das leituras realizadas, quais suas propostas para aproximar a família da escola em que você atua?

Nesta Unidade foi analisada a legislação que regulamenta o acesso à educação no país. Observou-se que, embora haja extenso aparato jurídico sobre o assunto, ainda são significativas as taxas de evasão escolar e as dificuldades de aprendizado. Reconheceu-se a importância da participação das famílias e das comunidades na escola em conjunto com o corpo docente, para motivar a permanência de crianças e adolescentes na escola. Foram também traçadas estratégias para promover uma convergência de interesses, evitando a fragmentação do ensino e a busca por culpados pelas dificuldades existentes. Em um contexto de vulnerabilidade social, é importante que todos assumam responsabilidades para superá-la, sendo fundamental que docentes tenham formação adequada para agir frente a esse problema. Este assunto será abordado na próxima Unidade deste Caderno.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/DOUconstituicao88.pdf](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/DOUconstituicao88.pdf)>. Acesso: 01 nov. 2016.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1996. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8069.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm)>. Acesso em: 30 out. 2016.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm)>. Acesso: 28 out. 2016.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2014. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm)>. Acesso: 28 out. 2016.

CASTRO, J.M.; REGATTIERI, M. (Org.). **Interação escola-família**: subsídios para práticas escolares. Brasília: UNESCO, MEC, 2009. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/maio-2010-pdf/4807-escola-familia-final>>. Acesso em: 03 nov. 2016.

OLIVEIRA, C.B.E.; MARINHO-ARAÚJO, C.M. A relação família-escola: intersecções e desafios. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v.27, n.1, p. 99-108, 2010. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-166X2010000100012](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2010000100012)>. Acesso em: 04 nov. 2016.

PEREIRA, S.E.F.N. **Crianças e adolescentes em contexto de vulnerabilidade social**: Articulação de redes em situação de abandono ou afastamento do convívio familiar. Disponível em: <[\\_www.aconchegodf.org.br/biblioteca/artigos/artigo01.pdf](http://www.aconchegodf.org.br/biblioteca/artigos/artigo01.pdf)>. Acesso em: 04 nov. 2016.

REIS, L.P.C. dos. **A participação da família no contexto escolar**. 62f. Monografia (Pedagogia) - Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2010.

## **UNIDADE 05 – A FORMAÇÃO DOCENTE PARA ATUAÇÃO EM SITUAÇÕES DE VULNERABILIDADE SOCIAL**

### **Objetivos**

- Verificar as técnicas de didática empregadas na escola;
- Analisar a forma como tem ocorrido a formação docente;
- Compreender como as vulnerabilidades sociais têm sido abordadas na formação docente;
- Compreender as estratégias de enfrentamento das vulnerabilidades sociais empregadas na escola.

### **Metodologia**

- Vídeo inicial para reflexão sobre as mudanças de paradigma na didática empregada nas escolas;
- Debate sobre o tema em grupos, para analisar a forma como a reflexão do vídeo pode ser aplicada no contexto do enfrentamento das vulnerabilidades sociais.
- Leitura de textos de revisão de literatura sobre a temática em questão;
- Vídeo sobre as vulnerabilidades na escola e discussão;
- Leitura de textos complementares e discussão sobre o assunto.

# A FORMAÇÃO DOCENTE PARA ATUAÇÃO EM SITUAÇÕES DE VULNERABILIDADE SOCIAL



Fonte:  
<https://pixabay.com/pt/demonstracao%C3%A7%C3%A3o-projetor-767982/>

Antes de iniciar esta Unidade, assista ao vídeo disponibilizado no link abaixo, intitulado: “O que a escola deveria aprender antes de ensinar”.

<https://www.youtube.com/watch?v=8dOmv-1QiU>

Em seguida, façam uma reflexão em grupo com base no seguinte questionamento:

1. Como as reflexões acerca da didática apresentadas no vídeo poderiam ser úteis para enfrentamento das vulnerabilidades sociais na escola?
2. Quais atividades poderiam ser realizadas em aula para estimular a reflexão dos estudantes acerca do tema e reduzir a evasão escolar?

## A formação docente e a didática



FONTE:  
[https://cdn.pixabay.com/photo/2016/02/26/06/41/alphabet-1223623\\_960\\_720.jpg](https://cdn.pixabay.com/photo/2016/02/26/06/41/alphabet-1223623_960_720.jpg)

A formação docente inclui duas dimensões: a teórico-científica, que envolve as disciplinas em que o professor pretende se especializar e a formação pedagógica; e a formação técnico-prática que visa a preparar o profissional para a docência. Embora a formação contemple estas duas dimensões, elas não são isoladas, mas se conectam (LIBÂNEO, 1990).

A palavra didática provém do grego *didaktiké*, que significa a arte do ensinar. Atualmente há várias definições diferentes de didática, porém a maioria a considera uma ciência, técnica ou arte de ensinar. Até o século XIX, seus fundamentos eram encontrados essencialmente na filosofia. Posteriormente, também se fundamentou na ciência, em particular na Biologia e na Psicologia. No século XX surgiram vários movimentos que consideravam a didática tradicional insuficiente e desejavam uma

educação que considerasse os aspectos psicológicos envolvidos no processo de ensino, esta vertente ficou conhecida como escola nova. Esta perspectiva fundamentava-se nos interesses espontâneos da criança, valorizando a liberdade e individualização. O aluno deixou de ser considerado um indivíduo passivo que apenas recebia os conhecimentos transmitidos pelo professor, passando a se auto educar de forma ativa (SILVA; BORBA, 2016).

A didática transmuta objetivos sociais e políticos em objetivos de ensino, organiza os conteúdos e os métodos empregados e estabelece princípios que regulam a ação didática. As tendências pedagógicas são divididas em dois grupos: as de caráter liberal, como a Pedagogia Tradicional, a Renovada e o tecnicismo educacional; e as de caráter progressista, incluindo a Pedagogia Libertadora e a Crítico-Social dos Conteúdos (LIBÂNEO, 1990).

Na Pedagogia Tradicional, a Didática é uma disciplina normativa, em que são apresentados os princípios que coordenam o ensino. O ensino está centrado no professor, cabendo a ele ministrar e interpretar o conteúdo. Pode haver o emprego de recursos gráficos, porém o meio principal é a exposição oral. A finalidade consiste em formar um aluno ideal, desvinculado da sua realidade. O conteúdo é apresentado de forma isolada, em sequência lógica, porém sem correlação com os interesses dos estudantes e com os problemas enfrentados na realidade. São apresentados dados sensíveis, como ilustrações, porém o aluno não o analisa, dessa forma o aprendizado permanece passivo, sem estimular o raciocínio do estudante. Esta didática ainda é bastante empregada na atualidade, transmitindo ao aluno um excesso de conhecimentos que são apenas memorizados (LIBÂNEO, 1990).

Já a didática da Escola Nova entende o estudante como sujeito da aprendizagem. Assim, compete ao docente propiciar condições ao aluno para que ele, considerando suas necessidades e interesses, busque por conta própria novos conhecimentos e experiências. O professor deve incentivar, orientar e organizar situações de aprendizagem, ajudando o aluno a aprender. Neste contexto, valoriza-se mais o processo de aprendizagem e as formas de desenvolvimento de capacidades e habilidades, que os conhecimentos sistematizados. Em que pese sejam várias as vantagens dessa forma de ensino, ainda é difícil encontrar docentes que apliquem de forma plena a Didática Ativa (LIBÂNEO, 1990).

## A formação docente e as formas de enfrentamento das vulnerabilidades sociais



FONTE:  
<http://school49.tgl.ru/sp/pic/Imag>  
e/FOTO\_2012-  
2013/ryanlerch\_Book\_and\_Pen.  
png

Crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, expostas à violência, ao uso de entorpecentes, a maus-tratos, exploração, a um quadro de extrema pobreza e carências alimentares tendem a ter o seu desenvolvimento escolar prejudicado, com baixo desempenho, elevado índice de faltas e evasão escolar (SILVA, RAPOPORT, 2013).

Os docentes que atuam em meio à vulnerabilidade social precisam reconhecer sua função de promotores e membros de uma rede de suporte para crianças e adolescentes, apoiando-os, incentivando a sua permanência na escola, e sendo efetivos nas práticas de ensino realizadas. Para tanto, os programas de formação acadêmica devem promover a reflexão desses profissionais e capacitá-los para atuar nesse meio (GONTIJO; MARQUES; ALVES, 2012).

O professor passa grande parte do dia em contato com os discentes, devendo reconhecer suas dificuldades e desenvolver estratégias para interferir e promover sua aprendizagem. Este processo deve ocorrer de forma integrada, sem que professores assumam o papel soberano, mas sim que atuem como facilitadores do aprendizado (SILVA, RAPOPORT, 2013).

Em um contexto de vulnerabilidade, a simples transmissão de conhecimentos de forma vertical pode ser desestimulante ao aluno, ampliando os índices de faltas e abandono da escola. É necessário, portanto, que os professores tenham em sua formação acadêmica inicial e continuada o treinamento em práticas metodológicas que estimulem a construção coletiva do conhecimento, que promovam o interesse do aluno pelas atividades desenvolvidas, que sejam inclusivas e que valorizem o potencial de cada indivíduo. O professor deve ainda ser capacitado para o desenvolvimento de práticas intersetoriais, que promovam a redução das vulnerabilidades sociais e ampliem a relação de confiança existente entre discentes e docentes.

Além disso, é importante que docentes sejam preparados para abordarem temas de grande importância em contextos de vulnerabilidade social, como o uso de entorpecentes, a gravidez na adolescência, a exploração do trabalho infantil, a criminalidade e a exploração de crianças e adolescentes, por exemplo. Neste processo deve ser estimulado o desenvolvimento de práticas preventivas, abrindo espaço para que o conhecimento não seja imposto, mas sim compartilhado e construído em conjunto. A realização de oficinas, de debates, de palestras, neste contexto, é de grande valia.

A atuação dos professores não deve se limitar à formação dos alunos, mas também deve abranger o diálogo com as famílias, de forma que sejam desenvolvidas estratégias conjuntas para estimular a permanência do aluno na escola, para compartilhar informações sobre o aluno/filho, reconhecendo as dificuldades existentes e estabelecendo meios de enfrentamento.

Compete ainda aos professores identificar situações em que pode estar havendo a exploração das crianças e adolescentes, apresentando as evidências e suspeitas às autoridades competentes, para que tais situações sejam investigadas e, nos casos em que se comprovem, sejam tomadas as medidas cabíveis para proteção destes.

Nos casos de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social afastadas do convívio familiar por decisão judicial, cabe aos docentes e à instituição de ensino promover a integração deste aluno no espaço escolar, buscando evitar ao máximo atitudes preconceituosas de outros alunos e promover um ambiente saudável, que estimule o desenvolvimento deste aluno, a superação das situações de violência vividas e sua socialização.

Em se tratando da importância da formação dos professores para enfrentamento das vulnerabilidades sociais, um estudo realizado por Gontijo, Marques e Alves (2012), identificou mudanças nas perspectivas dos profissionais que passaram por um programa de formação de educadores relacionado à temática. Os docentes mudaram sua concepção acerca do papel do professor no processo educativo. Inicialmente eles entendiam que competia a eles mediar a construção do conhecimento e transformar a realidade vivenciada, porém não mencionavam a identificação das situações de vulnerabilidade. Após a realização do curso, todos reconheceram essa função de identificação e de busca por estratégias para minimizar e superar tais situações.



Outra mudança observada neste estudo referiu-se à percepção dos agentes responsáveis pelo enfrentamento da vulnerabilidade social e de suas consequências nas vidas de crianças e adolescentes. Em um primeiro momento os profissionais atribuíam essa responsabilidade ao governo, mediante a construção de políticas públicas. Posteriormente, passaram a compartilhar esta função, entendendo-a como função do professor, da escola, do governo e da família (GONTIJO; MARQUES; ALVES, 2012). As mudanças constatadas evidenciam, portanto, a importância do desenvolvimento de cursos de capacitação sobre o tema, bem como a inclusão da temática de forma mais aprofundada nos cursos de formação inicial dos professores.

### PARA ASSISTIR:



Fonte:  
<https://pixabay.com/pt/demonstracao%3%A7%C3%A3o-projetor-767982/>

Assista ao vídeo do link abaixo para informações complementares sobre a escola em contexto de vulnerabilidade social:

<http://tvescola.mec.gov.br/tve/salto-acervo/interview?idInterview=9579>

Em seguida, discuta em grupo quais as suas percepções acerca do vídeo.

1. Como a sua escola tem enfrentado a vulnerabilidade social?
2. Como tem ocorrido a atuação dos professores para enfrentamento das vulnerabilidades? Qual a didática empregada?

### ATIVIDADES



Fonte:  
[https://cdn.pixabay.com/photo/2013/07/12/18/19/idea-153255\\_960\\_720.png](https://cdn.pixabay.com/photo/2013/07/12/18/19/idea-153255_960_720.png)

Leituras complementares:

GONTIJO, D.T.; MARQUES, E.; ALVES, H.C. “Hoje na escola a gente está falando em vulnerabilidade”: contribuições da terapia ocupacional no processo de formação continuada de professores. Cad. Ter. Ocup. UFSCar, v. 20, n. 2, p. 255-266, 2012. Disponível em: <<http://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/628/383>>.

Atividades:

1. Na sua formação acadêmica foi abordada a questão das vulnerabilidades sociais na escola? Como?
2. Você já participou de cursos relacionados à temática?
3. Qual a importância da formação docente no enfrentamento das vulnerabilidades sociais?

A vulnerabilidade social e suas consequências em âmbito escolar são um desafio para a atuação docente e requerem atuação conjunta e articulada de professores, gestores, pedagogos, familiares e comunidade. É fundamental que cada ator envolvido seja capacitado para reduzir as dificuldades enfrentadas e facilitar o aprendizado do aluno, estimulando seu interesse pelo conteúdo ministrado e conscientizando-o acerca da importância do estudo para seu futuro pessoal e profissional.

## REFERÊNCIAS

GONTIJO, D.T.; MARQUES, E.; ALVES, H.C. “Hoje na escola a gente está falando em vulnerabilidade”: contribuições da terapia ocupacional no processo de formação continuada de professores. *Cad. Ter. Ocup. UFSCar*, v. 20, n. 2, p. 255-266, 2012. Disponível em: <<http://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/628/383>>. Acesso em: 15 out. 2016.

LIBÂNEO, J.C. **Didática**. São Paulo: Cortez Editora, 1990.

SILVA, R.N.; BORBA, E.O. **A importância da didática no ensino superior**. Disponível em: <<http://www.ice.edu.br/TNX/storage/webdisco/2011/11/10/outros/75a110bfebd8a88954e5f511ca9bdf8c.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2016.

SILVA, S.B.; RAPOPORT, A. Desempenho escolar de crianças em situação de vulnerabilidade social. **Revista Educação em Rede: Formação e Prática Docente**, v.2, n.2, p.1-26, 2013. Disponível em: <<http://ojs.cesuca.edu.br/index.php/educacaoemrede/article/view/410/203>>. Acesso em: 20 out. 2016.